

As vacinas e a desinformação no ecossistema da mídia

Márgda Rodrigues da Cunha¹

Luana Chinazzo Müller²

Resumo: A propagação do Sars-Cov-2 fez com que cientistas do mundo todo se dedicassem ao desenvolvimento de imunizantes, processo que foi amplamente noticiado pela imprensa e comentado pela população em mídias sociais ou conversas cotidianas. Este artigo visa descrever o ecossistema midiático brasileiro durante a pandemia da covid-19 e as consequências da chamada “infodemia” na criação de vacinas e na percepção do público sobre elas. O estudo também recupera outros dois momentos pandêmicos da história recente, a gripe espanhola (1918) e a H1N1 (2009), para compreender como o ambiente informacional evoluiu, evidenciando o cenário complexo, com seus inúmeros canais e narrativas, que temos hoje.

Palavras-chave: Ecossistema de mídia. Desinformação. Vacinas. Pandemia. Covid-19.

Introdução

A pandemia do Sars-Cov-2 expôs a ciência sob todos os aspectos, sejam eles a serviço da sociedade ou nos enredos que envolveram a cura e o desenvolvimento das vacinas. Neste estudo, o objetivo é descrever o ecossistema de mídia no Brasil, no período de 2020 e 2021, e as consequências informacionais do desenvolvimento de vacinas em um cenário altamente complexo. Também serão recuperados aspectos da comunicação em dois outros momentos da história brasileira: as pandemias de gripe espanhola, em 1918, e de H1N1, em 2009. Com isso, pretende-se verificar como se desenvolveu o ambiente de informação encontrado pela pandemia da covid-19, com seus múltiplos canais e narrativas. Partimos do princípio de que a diversidade narrativa e a desordem informacional (Wardle e Derakhshan, 2017) contribuem para a desinformação e a insegurança do público. A crise sanitária atual evidencia um momento sem precedentes, no qual um conjunto de vacinas foi desenvolvido e segue sendo aperfeiçoado diante

¹ Professora titular e Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCom), da Escola de Comunicação, Artes e Design - Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: mrcunha@pucrs.br

² Doutoranda em Comunicação Social no PPGCom da PUCRS. Bolsista Capes. E-mail: luana.muller@edu.pucrs.br

meistudies

do olhar dos mais interessados: a população mundial. Os meios modificaram os processos de mediatização de maneira profunda, como aponta Scolari (2020, p. 176): “La creciente complejidad del ecosistema mediático, que corre paralela a la complejización de la vida social, es quizá el rasgo distintivo de nuestro tiempo”.

Estudar a informação a respeito das curas, o temor do adoecimento e a informação em torno da saúde requer também a análise sobre a relação que os sujeitos estabelecem com o próprio corpo ao longo da história. No cruzamento entre as transformações do ecossistema de mídia, constrói-se um ecossistema de informação que acompanha as formas como desenvolvem-se também os sistemas de saúde. Nada evolui isoladamente, mas no conjunto. Porter (1992) aponta que a antropologia cultural, tanto na teoria quanto na prática, proporcionou aos historiadores linguagens para a discussão dos significados simbólicos do corpo, especialmente contextualizados no interior de sistemas de mudança social. Mas, também como relata Porter (1992), os estudiosos advertiram que seria simplista demais assumir que o corpo humano existiu eternamente como um objeto natural não problemático, com necessidades e desejos universais, afetado de maneiras variadas pela cultura e pela sociedade.

O corpo deve ser enxergado, como tem sido vivenciado e expresso no interior de sistemas culturais particulares, privados ou públicos, por eles mesmos alterados através dos tempos. Porter (1992) indica que os corpos estão presentes para nós apenas por meio da percepção que temos deles e, então, a sua história deve incorporar a história de suas percepções. Em nosso entendimento, existe um diálogo mediado que integra e, em certa medida, dá forma a esse processo. Informar-se sobre corpo, saúde, entre outros fatores associa-se às possibilidades tecnológicas de informação.

Porter (1992) recupera também as discussões sobre a relação corpo e mente e descreve que a distribuição da função e da responsabilidade entre o corpo e a mente e o corpo e a alma difere extremamente segundo o século, a classe, as circunstâncias e a cultura. As sociedades, com frequência, possuem uma pluralidade de significados concorrentes. O autor apresenta uma situação exemplar e que ilustra a discussão em todas as épocas e pode também ser interessante para a pandemia do Sars-Cov-2.

meistudies

Um homem é morto, não por um tiro de outro, mas devido a um microrganismo difundido por um portador. O portador deve ser considerado moral ou criminalmente responsável pelo risco ou pelo desastre que o corpo provocou? Essa questão tem-se comprovado extremamente complicada, central à política de regulamentação às populações de alta densidade por burocracias médicas, desde as epidemias de peste bubônica na Idade Média. (Porter, 1992, p. 309).

Historiadores recentes de saúde pública, ressalta Porter (1992), enfatizam como os sistemas jurídico-políticos do Ocidente têm considerado pouco os indivíduos responsáveis pela destruição da saúde descarregada por seus corpos. Apesar da emergência de sociedades de bem-estar e da “medicalização da vida”, as compulsões de saúde têm sido poucas. O autor acrescenta como exemplo a vacinação contra a varíola, legalmente constrangedora, brevemente introduzida na Inglaterra vitoriana, mas derrubada por feroz oposição da legislação, e o mesmo ocorreu para o tratamento de doenças venéreas. Essa solução, reforça Porter (1992, p. 309), “incorpora um sentido de propriedade inalienável e individual do corpo, solidamente adiantada nas formulações secularizantes da filosofia política liberal do século dezessete em diante”. Para o autor, poucos historiadores até agora prestaram muita atenção à linguagem, como as contidas nas metáforas de vida e morte, como um veículo para mensagens ocultas sobre o corpo. O corpo, segundo ele, é o sistema de comunicações primário, mas os historiadores prestaram pouca atenção a seus códigos e chaves.

E estes códigos talvez não tão considerados têm raízes ainda mais profundas. Sennett (1997) aponta que, por mais de dois mil anos, a ciência médica aceitou os princípios relativos ao calor do corpo que governaram a Atenas de Péricles. Naquele período, parecia certo que esse calor inato explicava as diferenças entre homens e mulheres, assim como entre seres humanos e animais. William Harvey, em 1628, com a obra intitulada *De motu cordis*, abalou esta certeza. Por meio de suas descobertas sobre a circulação do sangue, Harvey deu partida em uma revolução científica que mudou toda a compreensão do corpo, estrutura, estado de saúde e relação com a alma e deu origem a uma nova imagem modelo. Sennett (1997) afirma que essa compreensão do corpo coincide com o capitalismo moderno e contribui para o nascimento do individualismo como grande transformação social. “O homem moderno é, acima de tudo, um ser humano móvel” (Sennett, 1997, p. 213).

meistudies

O que Harvey descobriu, descreve Sennett (1997), é que o coração bombeia sangue através das artérias do corpo, recebendo-o das veias, para ser bombeado. Tal fato desafiou a concepção de que o sangue corria através do corpo aquecido e que corpos diferentes continham diversos graus de calor inato. Contrariando a antiga teoria, Harvey acreditava que a circulação é que aquecia o corpo, ocorrendo mecanicamente pela batida vigorosa do coração. Sennett (1997) recorda ainda que, até o século XVIII, os médicos cristãos travavam debates acalorados sobre a localização da alma, se o contato entre ela e o corpo seria via cérebro ou coração. Desta forma, movimentos mecânicos – reações nervosas e fluxo sanguíneo – deram origem a uma compreensão mais secular do corpo, que contestava a antiga noção de que a fonte de energia da vida era a alma.

As descobertas da ciência que, em um olhar lançado do presente, podem parecer simples, são marcas de transformações significativas nos sistemas de crenças vigentes até então. Marcam como fatores importantes na construção de um ambiente que cruza saúde e informação. A então nova anatomia estabelece elos com a vida cotidiana, como a individualização da responsabilidade sobre a própria saúde, os hábitos de higiene, quando as mesmas descobertas são aplicadas à pele, hábitos de vestir e, numa perspectiva mais ampla, a própria vida em sociedade. Nesse contexto constroem-se também ecossistemas de informação e de comunicação. Por mais precários que fossem, sob o ponto de vista tecnológico, sempre existiram e evoluíram no fluxo destas transformações.

O ecossistema da mídia para além das extensões

As transformações no ecossistema da mídia ocorrem até certo ponto em camadas relacionadas a cada nova tecnologia de comunicação e como elas ingressam na vida cotidiana. As rupturas, a partir de acontecimentos históricos, que levam à etapa seguinte são descritas pela ciência que tratou desta forma o surgimento e desenvolvimento dos jornais impressos, do rádio e da televisão. O consumo se dava a partir de uma organização condicionada à oferta, em certa medida. Muitos estudos, no entanto, evidenciaram a produção de sentido na apropriação dos sujeitos e não na previsibilidade da oferta. De qualquer forma, essas mudanças, com a expansão da internet e da mobilidade, proporcionaram cada vez mais alternativas de narração da vida

meistudies

cotidiana, das crenças e dos medos. Ao narrar e compartilhar, as pessoas passaram a interferir e atuar em larga escala neste ecossistema. O mês de março de 2020 chega com uma sociedade em intensa movimentação, paradoxalmente, a mesma atitude que se torna responsável pela proliferação do vírus Sars-Cov-2. A pandemia induz os sujeitos ao distanciamento social e a vida, que já estava sob forte mediação tecnológica, passa a ser, pelo menos por certo tempo e para alguns, totalmente mediada. Estratégias da indústria e táticas do público se transformaram durante os primeiros meses. Houve alterações de parte da oferta, mas também da população que passou a viver hábitos da mobilidade dentro de casa.

As teorias sobre o ecossistema da mídia estão relacionadas a determinados conceitos fundantes da própria comunicação. Strate (2008) aponta que ecologia da mídia é mais do que “McLuhanismo”, tem raízes nos estudos de tradição tecnológica a partir do olhar de diferentes autores e vertentes (Strate, 2008, p. 4). Relembra que o objetivo de McLuhan era libertar a mente e o espírito humanos de sua subjugação a sistemas, mídias e tecnologias de símbolos e chamar a atenção aos meios. A forma simbólica é mais significativa do que o conteúdo. Importam mais a tecnologia, a natureza e a estrutura do que as intenções.

Entre os teóricos que se debruçam sobre o tema, Postman (2000), o primeiro a abordar o conceito de ecologia da mídia, indica que o meio, em Biologia, é definido como uma substância na qual a cultura se desenvolve. O meio, na dimensão da comunicação, é a tecnologia pela qual a cultura se desenvolve. Postman (2000) defende que o meio dá forma à cultura política, à organização social e aos modos cotidianos de pensar.

Somadas as mudanças históricas, os diferentes ciclos tecnológicos, além das múltiplas camadas de produção e consumo em fluxo, Scolari (2018) propõe uma discussão sobre o ecossistema a partir da interface como palavra-chave do século 21, num sistema ecoevolutivo. A melhor interface é a que facilita a conversação, a interface como diálogo interativo, aquela que desaparece e permite ao usuário focalizar-se no que está fazendo (Scolari, 2018).

Em todos os casos, é fundamental ter em conta as táticas dos usuários, pois as estratégias dos designers são negociadas, criticadas e reinterpretadas por eles dentro da interface, pensa Scolari (2018), para quem a criação de uma interface só é possível quando vários atores entram em contato e interagem entre si. O autor defende que as tecnologias se transformam em diálogo

meistudies

com os usuários e as negociações vão sendo redesenhadas (Scolari, 2018) e há sempre colaboração neste processo. Ao construir leis da interface, o autor retira a centralidade dos artefatos, inventores ou forças sociais, sem desvalorizá-los, mas propõe inseri-los em uma rede sociotécnica de relações, intercâmbios e transformações para analisá-los numa perspectiva ecoevolutiva.

A perspectiva apresentada por Scolari (2018) é interessante na reflexão aqui proposta porque considera a evolução das tecnologias de comunicação em interface com múltiplas variáveis, que não devem ser desconsideradas. Se relacionarmos as transformações do ecossistema da mídia, com os diferentes momentos em que o mundo enfrentou pandemias, especialmente as três aqui elencadas, detectamos que há uma forte conexão entre os acontecimentos e a sua perspectiva narrativa. Esta relação não significa que as informações estejam circulando de maneira adequada e a serviço do controle da disseminação das notícias falsas tanto quanto do vírus, seja qual for a época. Mas existe o desenvolvimento de uma rede sociotécnica na qual estão presentes pelo menos duas das categorias aqui analisadas: saúde e informação.

Logan (2019), em análise das proposições de McLuhan, avalia que quando nossas tecnologias eram apenas extensões de nós mesmos, melhoravam nossas capacidades e nós estávamos no comando. O autor reconhece que as tecnologias afetavam as pessoas, mas não eram usadas por outras para controle, o que considera diferente da relação com a mídia digital, pois os que controlam os sistemas de informação digital buscam manipular os comportamentos, usando o que aprendem sobre nós. Logan (2019) reconhece que sempre fomos manipulados pela mídia por meio da publicidade, com jornais, revistas, rádio e televisão, mas não no mesmo grau da mídia digital, dos mecanismos de busca e das redes sociais.

No pensamento de Logan (2019), no ambiente digital, não há apenas a mídia como extensão humana, na perspectiva postulada por McLuhan. Há uma reviravolta ou reversão em que os usuários se tornam uma extensão das mídias digitais à medida em que estas recolhem seus dados e os usam em benefício daqueles que controlam esses meios de comunicação. O autor é crítico em relação às implicações desta perda de privacidade conforme nos tornamos “um item em um banco de dados” (Logan, 2019, p. 1).

As pandemias em ecossistemas midiáticos

A importância de uma doença pode ser avaliada pela quantidade de nomes que ela recebe. A afirmação de Schwarcs e Starling (2020) diz respeito à gripe espanhola que representou um verdadeiro flagelo mundial no período de 1918 a 1920. As autoras registram que a moléstia foi chamada também de “bailarina”, porque dançava e se disseminava em larga escala e o vírus deslizava com facilidade para o interior das células do hospedeiro, se alterava ao longo do tempo e nos vários lugares em que incidia. Entre os nomes que recebeu estão gripe pneumônica, peste pneumônica, grande influenza ou simplesmente espanhola. Foi denominada ainda de peste, nome comum às doenças endêmicas e de origem desconhecida, desde a Antiguidade.

A denominação pela qual a gripe espanhola se tornou mais conhecida, segundo apontam Schwarcs e Starling (2020), foi obra do acaso ou da geopolítica internacional. Deveu-se ao fato de a Espanha ter se mantido neutra durante a Primeira Guerra Mundial, o que permitiu que ali a imprensa noticiasse, sem meias-palavras, a chegada da virose ao país. Não havia uma razão de Estado para deixar de divulgar ou amenizar a existência do surto de gripe que paralisara o esforço de guerra em diversas nações envolvidas no conflito. “E assim, como até a designação popular das epidemias pode ser resultado do costume e do preconceito de uma época, quando a doença chegava a um país, era logo reconhecida como ‘gripe espanhola’” (Schwarcs e Starling, 2020, posição 258).

Muitas são também as denominações relacionadas a aspectos culturais, como evidenciam os relatos de (Schwarcs e Starling, 2020). No passado assim como no presente, registram as autoras, a primeira reação a uma doença pública é a negação. Somente quando as consequências de uma epidemia são inegáveis, ela se transforma em um evento de saúde pública, da cultura de seu tempo e da política e da economia. Após a primeira reação de silêncio ao redor do mundo, as potências europeias estavam ocupadas com o desenlace da guerra. As outras saídas foram apostar no milagre, num culpado iminente ou até num bode expiatório.

A peste é uma praga comparável às que atingiram o Egito – uma nuvem que se desloca do litoral para o interior e semeia morte no caminho. Também é uma punição divina – as flechas lançadas por Deus durante a peste negra para castigar a humanidade pecadora e

meistudies

que atingiam os homens nas axilas e na virilha, locais onde com mais frequência apareciam os bubões. E é necessariamente provocada pelo “outro”, por força do contágio. Daí ser a imagem de um medo muito bem referido: o medo do outro. (Schwarcs e Starling, 2020, posição 317).

E essa lógica, pelos registros das autoras, exprime o medo sob a forma de preconceito e intolerância, a partir da pergunta sobre quem traz a peste para a cidade. Schwarcs e Starling (2020) avaliam que a humanidade é teimosa no aprendizado sobre o passado e opta por repetir comportamentos. Citam o que Susan Sontag chama de doença como metáfora, a maneira como o senso comum prefere se apegar a irracionalismos, afastar-se das descobertas científicas e castigar as vítimas com o peso de uma culpa injustificável. Acrescentam que, durante aquele período epidêmico, a medicina científica comemorava as grandes descobertas da bacteriologia e a sociedade carregava no seu imaginário a utopia de que a humanidade estava livre para sempre das moléstias que a acometiam desde tempos remotos.

Schwarcz e Starling (2020) relembram que em 1918, durante a pandemia da gripe espanhola, não havia remédio e muito menos vacina. Os médicos no Rio de Janeiro, por exemplo, inoculavam os pacientes com a vacina antivariólica, mas sem uma ideia concreta sobre sua eficiência. Nesta obra, as autoras recuperam aspectos da história daquele momento, a partir de parte do acervo fotográfico da Fundação Oswaldo Cruz, e apontam que a ciência estava longe da descoberta da cura da epidemia no Brasil e no mundo. A insegurança, indicam as autoras, era disfarçada em fotografias que colocam em primeiro plano o protagonismo dos médicos e representam a morte apenas como uma sombra possível.

No início do século XX, o ecossistema midiático era composto basicamente por jornais impressos, mas isso não impedia a circulação do que hoje chamamos de *fake news*. Na época, houve quem difundisse que “[...] a gripe era uma arma química, inventada na Alemanha, fabricada pelo laboratório farmacêutico Bayer e espalhada por espões”, contam Schwarcz e Starling (2020, p. 15). A imprensa também publicava receitas que prometiam prevenir ou curar a espanhola, como o consumo do “cloroquinino”, cujo uso não era comprovado.

Quase um centenário mais tarde, quando estourou a primeira pandemia do século XXI, causada pelo vírus da gripe A (H1N1), em 2019, o ecossistema de mídia já era muito mais complexo com a popularização de tecnologias como o rádio, a televisão e, especialmente, a

meistudies

internet. Todavia, muitos dos desafios enfrentados na comunicação da gripe espanhola se repetiram, da negação inicial sobre a periculosidade às teorias de conspiração. Temos, então, o primeiro indício de que as tecnologias e o acesso aos meios de comunicação não implicam necessariamente na resolução de questões intrínsecas às culturas, como o medo e as crenças.

Os trabalhos localizados que abordam a mídia no período de pandemia do H1N1 (Lopes, 2010; Henriques, 2011; Medeiros; Massarani, 2011; Gomes; Ferraz, 2012) focam sobretudo na atuação da imprensa tradicional. Além disso, eles destacam sobretudo o alarmismo das notícias veiculadas. Henriques (2011), ao analisar a comunicação nos jornais portugueses *Correio da Manhã* e *Público*, mapeou três temas mais recorrentes e que colaboraram para um clima de tensão e insegurança, são eles: a infecção e a morte, a prevenção e a atuação da Organização Mundial de Saúde (OMS). Neste último, a OMS é criticada pelas ações tomadas e declarações dadas a partir da contraposição de argumentos de médicos concordantes e não concordantes com o órgão (Henriques, 2011). Da mesma maneira, os veículos brasileiros manifestaram desconfiança com as medidas adotadas pelas autoridades sanitárias e os governos nacionais, o que descredibilizou fontes oficiais e acentuou o sentimento de incerteza do público (Lopes, 2010; Medeiros; Massarani, 2011; Gomes; Ferraz, 2012).

A ânsia por informar primeiro e para uma maior audiência fez com que o limite entre imediatismo e alarmismos se apagasse, e que a imprensa resvalasse na espetacularização, muitas vezes desinformando o público. Henriques (2011) destaca que inúmeras notícias divulgadas no período se revelaram falsas ou especulativas, carecendo de fundamentação. Assim como a espanhola, a gripe A contou com diferentes nomenclaturas, e algumas delas contribuíram para a desorientação da população. Primeiramente, chamou-se de gripe suína, por constatar-se que os porcos eram hospedeiros do vírus, o que fez com que a população passasse a temer o animal e deixasse de comer sua carne, ações que, depois se descobriu, não acarretavam perigo. Somam-se, por fim, a esse contexto os ruídos causados pela internet e suas mídias, como as redes sociais, já existentes no fim dos anos 2000 (Gomes; Ferraz, 2012; Lopes, 2010). Segundo dados do IBGE, nesse período, cerca de 67,9 milhões de brasileiros tinham acesso à internet

A desinformação se intensificou quando as vacinas começaram a ser testadas e produzidas. Rumores sobre ineficácia e perigos foram veiculados pela mídia, como notícias que

meistudies

relacionavam a imunização a doenças e aborto. Levantou-se também o receio de que as vacinas fossem desenvolvidas em pouco tempo, pulando etapas de testes. Ou seja, a mídia contribuiu com o ceticismo e com o medo da população em relação à vacinação durante a pandemia de H1N1 (Lopes, 2010; Henriques, 2011).

Embora sejam sempre um problema, as informações falsas ou descontextualizadas transformam-se em questões sanitárias em contextos como os citados. Ainda assim, o que se viveu antes de 2020 não se compara à onda de conteúdo falso que se alastrou durante a pandemia da covid-19 e chegou a receber a alcunha de “infodemia” pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O termo *fake news*, que se popularizou nos últimos anos, tem sido alvo de discussão entre jornalistas, acadêmicos e organizações por não apresentar limites definidos. Há pelo menos dois motivos para rejeitá-lo, de acordo com Wardle e Derakhshan (2017). Primeiramente, a expressão tem sido apropriada por políticos, como Donald Trump e Jair Bolsonaro, para o ataque à imprensa. Eles costumam chamar de *fake news* qualquer notícia veiculada que seja prejudicial às suas imagens, indiferentemente de serem verdadeiras ou não. O segundo motivo é que o termo não capta a complexidade da conjuntura de desordem informacional em que estamos inseridos, por exemplo, muito do que é chamado de *fake news* são conteúdos verdadeiros descontextualizados. Além disso, há diversos outros formatos utilizados para além da estrutura de uma notícia, esta cuja terminologia já indicaria uma informação verificada.

Wardle (2019) defende o uso de palavras específicas para cada uma das diversas ocorrências que compõem o fenômeno das *fake news*, como propaganda, rumor, boato, falsidade entre outros. Inclusive, uma das conceitualizações mais adotadas atualmente é de Wardle em parceria com Derakhshan (2017), na qual eles propõem uma estrutura conceitual a partir de três noções que se diferenciam pela origem e intenção da mensagem, conforme: 1) *Mis-information* (informação errônea) – informação falsa divulgada por alguém que acredita que é verdadeira, sem intenção de causar dano; 2) *Dis-information* (desinformação) – informação falsa criada e compartilhada intencionalmente com intuito de causar prejuízo, seja por motivos econômicos, ideológicos ou outro; e 3) *Mal-information* (má-informação) – informação verdadeira, geralmente privada, que é divulgada para causar dano a pessoas, organizações ou governos.

meistudies

As informações errôneas e a desinformação são mais recorrentes em um contexto de desordem informacional. É comum que o segundo fenômeno leve ao outro, ou seja, que, ao circular, a desinformação seja compartilhada por pessoas que não perceberam que o conteúdo não é verdadeiro. Como em situações durante a pandemia do novo coronavírus em que notícias falsas eram enviadas entre familiares e amigos com intuito de proteger uns aos outros.

Os três tipos de desordem, ressaltam Wardle e Derakhshan (2017), devem ser apreendidos a partir da observação do agente emissor, da mensagem e do intérprete, e de três fases: criação, produção e distribuição. Contudo, é importante incluir o consumo como instância do fenômeno bem como pensar o ecossistema midiático para além do modelo linear emissor-mensagem-receptor já superado nos estudos da Comunicação. Compreender a circulação da informação e da desinformação e os impactos desta última para a sociedade requer olhar além da superfície, atentando para nuances do processo comunicacional, que foi impactado pelas tecnologias sociais disponíveis. Atualmente, todos podem criar e publicar conteúdos e a distribuição é realizada instantaneamente. O consumo, por sua vez, é público e compartilhado com as afinidades conectivas estabelecidas nos sites de redes sociais. As informações chegam por meio de perfis que os usuários confiam, que são seus contatos nas plataformas de sociabilidade e, muitas vezes, pessoas próximas no mundo off-line. Soma-se a isso, a necessidade de curadoria entre a vastidão de informação disponível. Nesse ecossistema, o conteúdo é consumido pela história que conta, indiferentemente de sua fonte, que é ignorada pela audiência.

De acordo com o *Digital News Report 2020* do Reuters Institute (Newman *et al.*, 2020), aproximadamente 80% dos brasileiros se informam pela internet, sendo 67%, pelas mídias sociais, estas que, pela primeira vez, superaram a televisão. Nos últimos anos, os aplicativos de mensagens pessoais, como o WhatsApp, também despontaram no compartilhamento de notícias verdadeiras e falsas. O relatório do Reuters indica que 83% dos brasileiros utilizam o WhatsApp, maior número entre as plataformas de sociabilidade, e 48% consomem notícias por meio dele (Newman *et al.*, 2020). As mídias sociais são ambientes cujas estruturas tecnológicas moldam a sociabilidade e por isso se faz necessário conhecer seus recursos e dinâmicas a fim de compreender as práticas sociais (Boyd, 2010). No caso do aplicativo de mensagem, suas *affordances* geram uma percepção de privacidade, que impacta as interações entre os usuários,

meistudies

que se sentem mais livres para circular a desinformação do que em outras mídias com características mais públicas (Soares *et al.*, 2021).

Em análise das *fake news* divulgadas no primeiro semestre da pandemia de covid-19, Barcelos e outros (2021) concluíram que os principais veículos de divulgação foram o WhatsApp e o Facebook. Além disso, a pesquisa dos autores indica que os conteúdos abrangem principalmente posicionamentos políticos, número de casos e óbitos e medidas de prevenção e de tratamento, abarcando a vacinação, e que podem influenciar a população em relação à adesão aos cuidados cientificamente comprovados (Barcelos *et al.*, 2021, p. 5). Em mapeamento de casos de mentiras sobre o novo coronavírus verificadas por agências de fact-checking, realizado por Gehrke e Benetti (2021), verificou-se que 84,28% dos conteúdos tratam de política, cura, dados e contágio.

A partir do surgimento do Sars-Cov-2, cientistas ao redor do mundo começaram a trabalhar no desenvolvimento de diferentes vacinas. Algumas delas tiveram maior destaque nos meios de comunicação brasileiros, especialmente por realizarem testes no país ou por terem sido negociadas para compra pelos governos de diferentes instâncias, como a vacina da farmacêutica AstraZeneca e da universidade de Oxford, que no Brasil é produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Coronavac, desenvolvida pela chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan em acordo firmado pelo governo estadual de São Paulo. No ecossistema midiático em que estamos inseridos, todas as etapas de testes desses e de outros imunizantes foram amplamente noticiados. Embora isso possa, em um primeiro momento, parecer positivo, pela ideia de transparência, na prática o que vimos foi um cenário marcado por informações antecipadas e incompletas, e diversas “barrigadas” da imprensa (jargão jornalístico para referir a informações equivocadas).

Sem a clareza de que o tempo da ciência, mesmo em um contexto emergencial, não é o mesmo tempo que o das mídias e que o método científico é composto por regras inerentes que preveem provas e contraprovas entre os pares, em alguns momentos, etapas comuns no processo de desenvolvimento científico foram noticiadas como falhas ou questionadas, de maneira que a insegurança por vacinas que “teriam sido produzidas muito rápido” tomou conta das conversas

meistudies

cotidianas midiaticizadas ou não. Reportagens como a de título “Entenda como funciona o processo de desenvolvimento de uma vacina” (Jansen, 2020) não eram suficientes para concorrer com as tantas outras que afirmavam “Morre médico voluntário de testes da vacina de Oxford no Brasil” (Tokarnia, 2020), “Testes da vacina Coronavac são suspensos por morte de voluntário no Brasil” (2020) e “Vacina de Oxford/AstraZeneca: sucessão de erros põe em xeque resultados” (Biernath, 2020). Nas redes sociais e nos grupos de WhatsApp, essas notícias eram apropriadas para suportar diferentes narrativas que negavam ou distorciam a ciência.

A hesitação quanto às vacinas é um dos resultados desse cenário infodêmico e está intrinsicamente relacionada também a questões políticas e ideológicas. Nesse sentido, no Brasil, a desinformação relacionada à vacinação é associada sobretudo a declarações do presidente Jair Bolsonaro, como no caso da Coronavac. Com a intenção de hostilizar o governador paulista, João Dória, Bolsonaro desferiu diversos ataques à vacina fortalecendo narrativas conspiratórias. Vacinar-se ou não se torna, então, um ato político-partidário. Percebemos, assim, que o complexo ecossistema midiático existente durante a pandemia da covid-19 e o consequente amplo alcance das informações não impactou positivamente a circulação de informações seguras, pois também deu voz a agentes políticos que questionam ou negam os avanços científicos, apropriando-se das narrativas para favorecimento próprio.

Considerações finais

A expectativa em torno do desenvolvimento de vacinas em um cenário comunicacional altamente complexo movimentou discussões em todas as esferas sociais. Exposta aos olhos da população mundial, a ciência tem enfrentado o medo, a desconfiança e a negação por parte da sociedade influenciada sobretudo pela desinformação. A situação é agravada pela exploração política do debate por autoridades públicas com grande poder de influência e uma fortalecida rede de disseminação de informações falsas nas mídias sociais, que centralizam a maior porcentagem do consumo de notícias.

Na observação inicial, a partir da recuperação histórica e análise aqui propostas, inferíamos que a velocidade na produção de vacinas e os aspectos políticos envolvidos no tema eram o centro da discussão. Um olhar apurado sobre o período das pandemias de gripe espanhola

meistudies

e de H1N1 evidenciou que muitas preocupações sociais se repetem diante de crises sanitárias. Detecta-se, por exemplo, que no ambiente de desenvolvimento da mídia, como parte do ecossistema mais amplo, há raízes e crenças ligadas a própria relação que os sujeitos estabelecem com o corpo. Há significados simbólicos envolvidos nas mudanças sociais, aspectos culturais e percepções históricas. O sistema de informação evolui no fluxo dessas mesmas crenças e marcas da cultura. Erros e repetições de problemas podem ser observados nas várias fases, trazendo à tona questões informacionais e, mais ainda, sociais.

Inicialmente, entendíamos que ecossistemas de mídia desenvolvidos e complexos na mesma proporção poderiam prestar melhores serviços à população. De certa parte sim, mas a multiplicidade de vozes e canais, o temor do adoecimento e a tentativa de localização de responsáveis acabam por construir um ambiente de desordem informacional. É como se as descobertas da ciência, do funcionamento do corpo e do próprio estudo de soluções para cura, no caso as vacinas, ainda não houvesse somado informação suficiente para conscientizar a população.

Neste artigo, buscamos descrever o ecossistema de mídia no Brasil dos anos 2020 e compará-lo a dois outros momentos pandêmicos, o surto de gripe espanhola, em 1918, e de H1N1, em 2009. O avanço tecnológico e a expansão do acesso aos meios de comunicação não influíram em uma melhoria na comunicação. Parece-nos que a circulação da informação está proporcionalmente relacionada à disseminação de desinformação. O que nos leva a mais questões do que respostas, sendo a principal delas: no processo de desenvolvimento comunicacional, o que ficou de fora?

Preocupamo-nos com o desenvolvimento de novas tecnologias como se somente elas fossem capazes de romper os ruídos e resolver questões sociais profundas, como o medo do desconhecido e as crenças moralizantes. O corpo é o sistema de comunicações primário, afirma Porter (1992), e mesmo assim foi ignorado enquanto disseminador de sentidos. As descobertas da ciência representam transformações significativas nos sistemas de crenças, mas alguns pontos prevalecem, como a necessidade do conforto no que já é conhecido e de respostas firmes aos anseios (mesmo que não comprovadas). Em um contexto emergencial como o de uma pandemia,

meistudies

o medo direciona as pessoas a estágios como a negação, a aposta em milagres e a busca por culpados. Qualquer informação que reforce essas instâncias é aceita, curtida e compartilhada.

Referências

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2009). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD*. IBGE. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2009_v30_br.pdf.

Barcelos, T. *et al.* (2021). Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 36 (7). <https://www.scielo.br/j/csp/a/d6ZXNpddtmjgNjRtKMDY4bR/?lang=pt>

Biernath, A. (2020). Vacina de Oxford/AstraZeneca: sucessão de erros põe em xeque resultados. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55096496>

Boyd, D. (2010). Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In *Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites* (ed. Zizi Papacharissi), pp. 39-58.

Gehrke, M., & Benetti, M. (2021). A desinformação no Brasil durante a pandemia de Covid-19: temas, plataformas e atores. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, 23(2):14-28. doi: 10.4013/fem.2021.232

Jansen, R. (2020). Entenda como funciona o processo de desenvolvimento de uma vacina. *Estadão*. <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-como-funciona-o-processo-de-desenvolvimento-de-uma-vacina,70003263247>

Logan, R. (2019). Understanding Humans: The Extensions of Digital Media. *Information*, 10, 304.

Newman, N. *et al.* (2020). *Reuters Institute Digital News Report 2020*. Reuters Institute for the Study of Journalism. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf.

Porter, R. (1992). A história do corpo. Em Burke, Peter (org). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP.

Postman, N. (2000). The humanism of media ecology. *Proceedings of the Media Ecology Association*, 1: 10-15. <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/1522>.

Salaverría, R. *et al.* (2020). Desinformación en tiempos de pandemia: tipología de los bulos sobre la Covid-19. *El profesional de la información*, v. 29, n. 3, pp. 1-15. <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2020.may.15>

Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2020). *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil* [versão Kindle]. Editora Schwarcz.

Scolari, C. A. (2018). *Las leyes de la interfaz: Diseño, ecología, evolución, tecnología*. Barcelona: Gedisa.

Scolari, C. (2020). Entrevista “Los nuevos, nuevos objetos” y la materialidad de la investigación de la cultura digital en América Latina. Em Hidalgo Toledo, Jorge, Cunha, Mágda Rodrigues da,

meistudies

& Barredo Ibáñez, Daniel. Teorias e epistemologias da comunicação digital na América Latina. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 19(34):174-180.

Sennett, R. (1997) *Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record.

Soares, F. B.; *et al.* (2021). Desinformação sobre o Covid-19 no WhatsApp: a pandemia enquadrada como debate político. *Ciência da Informação em Revista*, v.8, n. 1, p. 74-94. <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/11246/8561>.

Strate, L. (2008). *Studying media as media: McLuhan and the media ecology approach*. *Media Tropes*. 1: 127-142

Testes da vacina Coronavac são suspensos por morte de voluntário no Brasil. (2020). *iG Saúde*. <https://saude.ig.com.br/2020-11-09/testes-da-coronavac-sao-suspensos-por-morte-de-voluntario-no-brasil.html>

Tokarnia, M. (2020). Morre médico voluntário de testes da vacina de Oxford no Brasil. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-10/morre-voluntario-de-testes-da-vacina-de-oxford-no-brasil>

Wardle, C. (2019). *First draft's essential guide to*. Understanding Information Disorder. FirstDraft. http://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2019/10/Information_Disorder_Digital_AW.pdf?x76701

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Council of Europe.